



## Desafios de Moçambique na construção da identidade nacional e formação do Homem Novo

## Mozambique's Challenges in the construction of the national identity and the formation of the New Man

*José Gil Vicente*

Pós-doutorando, bolsista da CAPES-UNIVERSO- Universidade Salgado de Oliveira, Niterói, RJ. Doutor em “Ciências de Educação”, pela Università di Roma Tor Vergata, Itália e, pela Universidad de Granada, Espanha.

E-mail: [gilvicente2007@yahoo.com.br](mailto:gilvicente2007@yahoo.com.br) ; [gilson.vicente84@gmail.com](mailto:gilson.vicente84@gmail.com)

### **Abstrato:**

Os conceitos de “identidade nacional” e “identidade do conceito” já foram alvo de debates, muitos estudos e reflexões. Aqui, trata-se do lugar de pertença. Sentimento de pertença a um grupo e a uma terra. É uma forma de expressão da identidade étnica e da territorialidade. Pretende-se nesta pesquisa discutir algumas matrizes teóricas sobre desafios de Moçambique na construção de identidade e formação do Homem novo. A fim de analisar a construção do projeto político e ideológico da FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), discutir a maneira como as identidades culturais e as heranças do período colonial e racista são contrapostas com especial destaque para o projeto de criação do Homem Novo no país, através de uma leitura da unidade nacional. A abordagem é qualitativa com aporte do método histórico-dedutivo. Acredita-se que a pesquisa possa colaborar na reflexão e discussão relativa aos desafios na construção da identidade moçambicana e formação do homem novo.

**Palavras-chave:** Identidade moçambicana. Identidade cultural. Formação do Homem Novo.

### **Abstract:**

The concepts of "national identity" and "identity of the concept" have already been the subject of debates, many studies and reflections. This is the place of belonging. Feeling of belonging to a group and to a land. It is a form of expression of ethnic identity and "territoriality". It is intended in this research to discuss some theoretical matrices on Mozambique's challenges in the construction of identity and formation of the new man. In order to analyze the construction of the political and ideological project of FRELIMO (the Liberation Front of Mozambique), discuss the way in which the cultural identities and inheritances of the colonial and racist period are counterposed with special emphasis on the design of the creation of the new man In the country, through a reading of the national unity. The approach is qualitative with the contribution of the historical-deductive method. It is believed that the research can collaborate in the reflection and discussion on the challenges in the construction of the Mozambican identity and the formation of the new man.

**Key words:** Mozambican identity. Cultural identity. New man formation.

## Considerações iniciais

A história de identidade africana, afrodescendente, de Moçambique ou de qualquer nação do mundo, não é algo que se resume em uma dezena e meia de linhas, palavras ou páginas. Porém, é fato que quando os historiadores no futuro tiverem que se ocupar de escrever o que foi que o povo africano e afrodescendente viveu, resistiu e lutou pela sua independência ao longo de séculos de colonização, não estarão a contar história e ideologia política de um País cujo percurso foi de todo um mar de rosas. Para José Capela<sup>1</sup>, o maior problema que se põe à configuração de uma História de Moçambique, reside na desadequação dos modelos tradicionais quando aplicados mecanicistamente a esta dada realidade.

Neste contexto, o recurso a sociologia e a antropologia também é indispensável na história e historiografia de Moçambique. Naturalmente, não será o único caso. Pois a construção de uma identidade ou nação raramente se torna um processo em linha reta. Tais elementos diferenciam um grupo de outro, dando a estes uma identidade.

A identidade é uma construção que se narra. Estabelecem-se acontecimentos fundadores, quase sempre relacionados à apropriação de um território por um povo ou à independência obtida através do enfrentamento dos estrangeiros. Vão se somando façanhas em que os habitantes defendem-se, ordenam seus conflitos e estabelecem os modos legítimos de convivência, a fim de se diferenciarem dos outros.<sup>2</sup>

Benedict Anderson<sup>3</sup> argumenta que a nação é, na verdade, uma “comunidade imaginada”. Para que exista, é preciso que um número considerável de pessoas de uma dada comunidade se sintam parte de uma nação, que tenham coisas em comum, que se “considerem” ou se “imaginem” integrantes dessa nação. Palavras como diversidade, diferença, identidade e multiculturalismo adentram as instituições escolares, a mídia, as campanhas eleitorais. Nesse sentido, S. Duschatzky e C. Skliar<sup>4</sup> lembram que certas retóricas sobre a diversidade se tratam “em certas ocasiões, de palavras suaves, de eufemismos que tranquilizam nossas consciências ou produzem a ilusão de que assistimos a profundas transformações sociais e culturais simplesmente porque elas se resguardam em palavras de moda”.

Segundo Hermenegildo Loiane<sup>5</sup>, a diversidade social e cultural de África, em particular Moçambique, produz várias dicotomias que em Psicologia pode resumir-se no conceito de double bind<sup>6</sup>. Visão similar encontra-se em José P. Castiano et al (2005)<sup>7</sup>, que explora as aporias existentes

<sup>1</sup> CAPELA, José. *Moçambique pela sua história*. Editora Porto: Porto, 2010. p.14.

<sup>2</sup> CANCLINI, Néstor García. *Consumidores e Cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999. p.163.

<sup>3</sup> ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira – 1. ed. São Paulo: Editora Ática S.A, 1989.p.14.

<sup>4</sup> DUSCHATZKY, S. e SKLIAR, C. O nome dos outros: narrando a alteridade na cultura e na educação. LARROSA, J. e SKLIAR, C. (org.) *Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

<sup>5</sup> LOIANE, Hermenegildo F. Possibilidades de ensino dos valores do “4 de Outubro”. *Revista Húmus*. Nr. 8. Agosto, 2013.p.50

<sup>6</sup> Num processo de comunicação há double bind quando uma das pessoas formula à outra duas declarações ou lhe dá instruções que são contraditórias do ponto de vista lógico.

<sup>7</sup> CASTIANO, José P.O Diálogo entre as Culturas através da Educação. *I Congresso Internacional de Filosofia da Educação de Países e Comunidades de Língua Portuguesa*, São Paulo, Setembro de 2009..

na educação em Moçambique entre Identidade Nacional e Culturas Particulares, entre “Educação Para Todos” e “Qualidade Para Poucos”, entre a Autonomia e a Dependência e, entre a Educação Geral e a Formação para o Trabalho.

De acordo com Ferguson (1999), em África, a «modernidade» deve ser entendida como uma categoria «local» utilizada pelos indivíduos como meio de explicarem o seu lugar no mundo e como poderosa afirmação de igualdade. Abordamos neste artigo a complexidade da construção da identidade moçambicana, tendo especial foco o contexto pós-independência (25 de junho 1975). Lançamos debates de algumas matrizes políticas e historiográficas que se debruçaram sobre a questão identitária<sup>8</sup> em Moçambique. Com intuito de analisar as falhas da construção do projeto político e ideológico da Frente de Libertação de Moçambique, destacar o modo como as identidades culturais e as heranças do período colonial e racista são contrapostas com especial destaque para o projeto de criação do “Homem Novo” no país, através de uma leitura da moçambicanidade<sup>9</sup>. Temos como propósito a construção de nova identidade nacional em Moçambique.

Partindo de princípio que o projeto de formação do homem novo continua uma utopia. Os novos desafios lançados apontam para a necessidade de refletir e procurar possíveis soluções da especificidade da história de ideologia e política da educação de jovens e adultos em suas relações com a história da área e a educação como ponto de partida para a construção da identidade nacional e o repensar de como é dado ou pensado a figura do Homem Novo numa sociedade que luta pela construção de justiça social e multicultural.

Restituir a humanidade ao ‘homem novo’, ultrapassar a exclusão epistémica e a negação ontológica a que tem estado sujeito, é uma das dimensões fundamentais de qualquer projeto de justiça. Enquanto desafio ético, a justiça cognitiva é uma condição para a mudança radical da injustiça trazida pelo projeto colonial-capitalista, onde a epistemologia, em lugar de ser singular, é vista como processo de negociação e diálogo entre saberes. As epistemologias do sul constituem um projeto político e metodológico com o objetivo de criar um mundo plural e dinâmico de infinitas possibilidades cognitivas, onde a ênfase está centrada na tradução de práticas, lutas e saberes.<sup>10</sup> Realçando a centralidade desta luta pela construção da identidade nacional para o nosso tempo, P. Gilroy<sup>11</sup> sublinha a importância de imaginar um mundo ético e justo onde se cumpra a promessa de humanismo.

---

<sup>8</sup> Partimos do pressuposto de que a identidade se constitui na interação de vários elementos identitários raça, etnia, classe social, sexo, gênero, nacionalidade, enfim.

<sup>9</sup> Entendamos o termo moçambicanidade para expressar a condição da nacionalidade em Moçambique. O conceito vincula-se ao processo de partilha de signos e valores de identidade coletiva sediados em escala nacional, por um lado, e legitimados jurídico-politicamente pelo Estado, por outro.

<sup>10</sup> SANTOS, B. de S. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2006. SANTOS, B. de S. *Epistemologies of the South. Justice against Epistemicide*. Boulder: Paradigm, 2014.

<sup>11</sup> GILROY, P. *True Humanism? Civilisationism, Securitocracy and Racial Resignation. Johannesburg Workshop in Theory and Criticism*, v. 1, 2009. Disponível em: [http://jwtc.org.za/resources/docs/Salon-1-pdfs/Gilroy\\_TrueHumanism\\_.pdf](http://jwtc.org.za/resources/docs/Salon-1-pdfs/Gilroy_TrueHumanism_.pdf). Acesso em: 27 de Out. 2017.

### Breve contextualização e localização geográfica.

Tratando-se de abordagem de temática referente a um país africano, com pouca referência no Brasil, torna-se pertinente apresentar, mesmo que de forma sucinta, uma informação, destacando os aspectos políticos, históricos e socioeconômicos mais relevantes sob ponto de vista do tema a que estamos a tratar. Moçambique é considerado um dos países mais pobres do mundo, o Índice de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas na sua edição de 2014, classifica o país na 178ª posição, entre 185 países considerados, com um IDH de 0,402.39. Abandonando o lugar que detinha entre os três piores.

Segundo o relatório anual da OMS<sup>12</sup>, Moçambique está entre os países do continente africano onde a esperança de vida para homens e mulheres é inferior a 55 anos. A esperança média de vida da população é de apenas 53 anos, um crescimento de 10 anos em relação ao início da década de 1990. Os homens têm uma esperança de 52 anos, menos dois que o sexo feminino. O mesmo relatório, o País destaca-se na apresentação dos melhores resultados nas questões de desigualdade de gênero. O Índice da Desigualdade de Gênero (IDG) foi avaliado em 148 países e é um de dois índices experimentais (o outro é sobre pobreza multidimensional). O IDG analisa os resultados registrados na saúde reprodutiva, na capacitação das mulheres e na participação no mercado laboral. Apesar da redução da pobreza em Moçambique, com a impossibilidade de alcançar as Metas de Desenvolvimento do Milênio (MDM) de reduzir pela metade, até 2015, o número de pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza, 45% da população moçambicana continua a viver com menos que 1 dólar por dia e não têm acesso a serviços básicos, como água potável, escolas e instalações médicas.<sup>13</sup>

A agricultura constitui o meio de subsistência predominante das comunidades rurais seguida da agropecuária, ambas atividades extremamente dependentes da disponibilidade de terra fértil e de água.

A República de Moçambique é um dos Países africano de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), que se localiza na costa oriental da África, a Sul do equador, na região da África Austral. É banhado a Este pela costa do Oceano Índico numa extensão de 2,470 km e uma fronteira terrestre de 4.330 km. No interior é rodeado por seis países anglófonos<sup>14</sup>. A extensão tem um significado interessante e vital tanto para Moçambique como para os países vizinhos situados no interior, que têm ligação com o oceano índico através dos portos moçambicanos. Administrativamente o país está dividido em Províncias<sup>1</sup>: ao Norte, estão as Províncias do Niassa, Cabo Delgado e Nampula, no Centro encontram-se as de Zambézia, Tete, Manica e Sofala e ao Sul, Inhambane, Gaza, Maputo Província, incluindo a cidade do Maputo, capital do País, que tem o estatuto de Província. Cada

<sup>12</sup> Organização Mundial de Saúde, 2014.

<sup>13</sup> FIAN, Heidelberg. *Land grabbing in Kenya and Mozambique – A report on two research missions and a human rights analysis of land grabbing*. FIAN International Secretaria, 2010. SUÁREZ, Sofia Monsalve; BORRAS JR, Saturnino. *Desenvolvimento, para quem?. Impacto dos Projetos de Desenvolvimento sobre os Direitos Sociais da População Rural Moçambicana*. Fian Internacional. Alemanha, Abril, 2010.

<sup>14</sup> Os países anglófonos que fazem fronteira com Moçambique no interior são: Tanzânia, Malawi, Zâmbia, Zimbabwe, Swazilândia e África do Sul.

província está dividida em distritos, contando o País com um total de 128 distritos e 53 municípios<sup>15</sup> (desde 2013).

## **População moçambicana**

Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística do governo moçambicano<sup>16</sup>, estima-se que a população de Moçambique no ano de 2007 seja de 20.366.795 milhões de habitantes. Moçambique tornou-se independente de Portugal em 1975, após dez anos de Luta Armada de Libertação Nacional movida pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), contra o Governo colonial português que ocupou todo o território nacional de forma efetiva desde a década de 1920. A independência política de Moçambique foi negociada entre a Frelimo e o Governo português e firmada no acordo de Lusaka (capital da Zâmbia) a 7 de Setembro de 1974. Neste acordo foi estabelecido um Governo de transição chefiado por Joaquim Alberto Chissano, então Primeiro Ministro que governou o país até 25 de Junho de 1975, dia em que foi proclamada oficialmente a Independência de Moçambique. O primeiro Governo moçambicano estabeleceu uma estratégia de transformação socialista da sociedade moçambicana, tendo levado a cabo programas amplos na área de educação, saúde e habitação, até ao final dos anos 80. Porém, os esforços de reconstrução nacional e melhoria do nível de vida da população moçambicana nos primeiros anos de Independência não se consolidaram e, em muitos casos, sofreram um colapso, associados à queda acelerada da economia e deterioração da situação militar e social. Esta situação continuou até a assinatura do Acordo Geral de Paz em Roma (Itália), a 4 de Outubro de 1992, entre o Governo de Moçambique e a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO). Como resultado do fim da guerra e o estabelecimento da paz, o país começou com o processo de democratização, que culminou com a realização de eleições gerais multipartidárias em 1994, seguidas por outras eleições em 1999, 2004, 2009 e 2014. O povo, basicamente de origem bantu e falante de língua bantu, está distribuído em várias etnias, com hábitos, culturas e idiomas diferentes, ainda que, regra geral, pertençam, como é sabido, à mesma família (bantu).

Para a fundamentação teórica do estudo, o artigo irá apresentar na primeira seção as teorias que fundamentam teoricamente a pesquisa, e discute conceitos chaves para o estudo, a saber: Identidade moçambicana. Identidade cultural. Construção do Homem Novo.

## **Identidade moçambicana**

No entendimento do Manuel Castells<sup>17</sup>, identidade é “o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados no qual prevalece sobre outras fontes de significados”. Aponta uma abordagem que congrega a maioria dos estudos sobre o assunto no plano acadêmico nacional e internacional. Para o

---

<sup>15</sup> As Províncias, no contexto da divisão administrativa do Brasil, equivalem a Estados.

<sup>16</sup> Instituto Nacional de Estatística (INE). III Recenseamento Geral da População e Habitação. Maputo, 2007.p.4

<sup>17</sup> CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. In: *A era da informação: Economia, sociedade e cultura.v.1*. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

autor, as identidades são ao mesmo tempo individuais e coletivas, sendo que o mesmo sujeito pode ter múltiplas identidades, além de tê-las constituídas de forma processual e contínua.

A temática da construção da identidade africana e moçambicana em geral, como se sabe, é bastante corrente, tendo sido reaceso o debate nos últimos trinta anos. Querelas acadêmicas entre teses primordialistas e modernistas, etnossymbolistas e construtivistas, pós-colonialistas ou seus críticos, fazem parte da história do campo acadêmico. Ao discutir sobre as identidades negras parece pertinente o entendimento destas nas concepções trazidas por Manuel Castells, que vêm reiterar a concepção quanto à categoria em questão já fundamentada por Stuart Hall<sup>18</sup>, Kabengele Munanga<sup>19</sup> e Muniz Sodré<sup>20</sup>. Contudo, quando olha-se para o caso da construção das nações na África, tem-se a sensação de um enorme desequilíbrio: primeiro, porque o número de textos disponíveis sobre o tema é bastante reduzido; segundo, porque muitos trabalham os temas das identidades nacionais ou culturais ou num viés claramente político ou sob uma visão francamente generalista; e terceiro, o grau destes fatores anteriormente apontados fica ainda mais exacerbado quando se pesquisa a história dos países africanos com língua oficial portuguesa (ainda que recentemente tenha-se publicado bons e interessantes trabalhos). Todavia, as identidades que se formam e se conformam em meio a relações de poder, Castells<sup>21</sup> aponta três tipos de identidades, que são: as identidades legitimadoras, impostas pelas instituições hegemônicas na sociedade com o intuito de legitimar sua dominação; as identidades de resistência, gestadas no enfrentamento da dominação pelos atores sociais submetidos aos processos de dominação; e as identidades de projetos, que se constituem na luta coletiva no interior da cultura política.

Essa perspectiva se articula à postura de Hall<sup>22</sup>. O autor traz à tona a perspectiva da complexidade de se pensar sobre as identidades no atual contexto mundial, apontando que cada vez mais essas identidades estão em permanente construção, sendo continuamente modificadas pelas transformações estruturais que têm ocorrido nas sociedades modernas no final do séc. XX e início do século XXI. O autor considera problemático pensar na categoria identidade em um caráter fechado, delineado em uma só dimensão isolada.

A construção das identidades africanas esteve sempre no horizonte cultural extra africano. De modo geral, pode-se dizer que a África como unidade e como objeto analítico foi um construto europeu forjado no século XVIII-XIX.<sup>23</sup> Para muitos intelectuais africanos, qualquer projeto emancipatório deve desafiar qualquer que seja o 'centro' epistêmico – contribuindo para a libertação de culturas do mundo de ratoeiras feitas a partir de uma leitura singular, como a

<sup>18</sup> HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

<sup>19</sup> MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil – Identidade Nacional versus Identidade Negra*. Petrópolis: Vozes, 1999.

MUNANGA, Kabengele. (org.). *Estratégias e políticas de combate à discriminação racial*. São Paulo, Edusp, 1996.

<sup>20</sup> SODRÉ, Muniz. *Claro e Escuros - identidade, Povo e Mídia no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1999. SODRÉ, Muniz. *A verdade seduzida*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.

<sup>21</sup> CASTELLS, 2001.

<sup>22</sup> HALL, 2006. Segundo o autor a primeira concepção, do sujeito do Iluminismo centra-se na individualidade da pessoa humana, numa relação do eu consigo próprio, enquanto a concepção sociológica baseia-se na interação do sujeito com a sociedade, numa relação mediada pela cultura do mundo vivido.

<sup>23</sup> MUNDIMBE, V. Y. *A Invenção da África. Gnose, Filosofia e a Ordem do Conhecimento*. Lisboa: Pedagogo; Luanda: Edições Mulemba, 2013.

identidade africana, o nacionalismo, classe, raça ou género.<sup>24</sup> O resultado disso tudo está fácil de perceber: ressoam ainda no imaginário (acadêmico inclusive) as marcas dos discursos estereotipados sobre um objeto homogêneo chamado África, estando muitas vezes atreladas a este construto as noções de tribo ou sociedades simples. Quase sempre há uma (implícita) racialização dos discursos tendo um viés essencialista sobre a identidade social.

Quase nunca estes temas são tratados na sua historicidade, estabelecendo fronteiras conceituais híbridas e mostrando a questão identitária como um discurso político, como construtor de memórias históricas, como um campo aberto e, por isso mesmo, necessariamente propício a resignificações em diferentes contextos intelectuais. Enfim, infelizmente, quando pensa(m)-se a(s) identidade(s) africana(s) (tradicionais ou modernas), ainda ecoam ou os ditames hegelianos só presentes nos relatos dos viajantes /aventureiros europeus dos finais do século XIX e início do século XX. A manutenção do jogo binário de compreensões tais como civilização/barbárie, luz/trevas, modernidade/tradição, progresso/atraso, sobretudo quando busca-se compreender o vasto e diverso continente africano, acaba, na maioria das vezes, reforçando os postulados do colonialismo cultural.

Apontando para o caráter sócio-histórico-cultural e político das identidades, Hall <sup>25</sup> afirma que a sua construção está inscrita em relações de poder, de interações materiais e simbólicas e como tal não pode ser pensada e repensada fora do campo de tensão contínua e processual. A sua postura tem sentido e coaduna com as concepções de dialogismo e polifonia, trazidas por Bakhtin, pois pensar as práticas como espaço para compreensão de construção e expressão das identidades étnicas, requer pensar o lugar do(a) pesquisador(a) no campo de pesquisa, pois como no diz Amorim sobre o pensamento Bakhtiniano:

O pluralismo do pensamento Bakhtiniano, traduzido nos conceitos de dialogismo ou de polifonia, é lugar de conflito e tensão, e os lugares sociais de onde se produzem discursos e sentidos não necessariamente simétricos.<sup>26</sup>

Compreender a polifonia do campo, em relação às identidades expressas e silenciadas, ou explicitamente enunciadas ou não, significa considerar os diferentes lugares, historicamente constituídos para os diferentes sujeitos desse espaço, bem como nas possibilidades que estes constroem nas práticas e sentidos que compõem os espaços do cotidiano.

## Identidade cultural

Usando as palavras de Hall, a globalização ameaça “solapar as identidades e a unidade das culturas nacionais”<sup>27</sup> A globalização a que o autor refere assume-se como paradigma que engloba o

<sup>24</sup> THIONG’O, N. w. *Moving the Centre. The Struggle for Cultural Freedoms*. London: James Currey, 1993. p.VII.

<sup>25</sup> HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG / Brasília: UNESCO, 2003.

<sup>26</sup> AMORIM, Marília. *O pesquisador e o seu outro: Bakhtin nas Ciências Humanas*. São Paulo: Musa, 2001.p.13.

<sup>27</sup> HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pos-Modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005.

econômico, o ideológico e o cultural e que “ameaça partes inteiras dos edifícios culturais e sociais”.<sup>28</sup>

Neste contexto, Zygmunt Bauman<sup>29</sup> afirma que “junto com as dimensões planetárias dos negócios, das finanças, do comércio e do fluxo de informação, é colocado em movimento um processo localizador, de fixação no espaço”. A identidade cultural moçambicana resulta dos processos históricos vividos no país durante o período da colonização portuguesa como elementos culturais anteriores à colonização.

Fica claro, então, que o contato entre culturas diferenciadas, mesmo contra a vontade de seus integrantes, inevitavelmente acaba por influenciar a estrutura dessas culturas. Ou seja, de uma forma ou de outra, a cultura moçambicana absorveu aspectos culturais portugueses após anos de convívio forçado. Do mesmo modo, os fatores históricos interferem diretamente na construção de uma identidade nacional. Hall define: “uma cultura nacional é um discurso um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações, quanto a concepção que temos de nós mesmos<sup>30</sup>”. Permanecendo nesse meio por algum tempo, ou entrando em contatos com opiniões semelhantes e divergentes, o enunciador estabelece seu estilo próprio. A linguagem, portanto, é carregada de sentido, de intenções e pontos de vista diferenciados.

De acordo com Bárbara Isaacmam e June Steffan<sup>31</sup>, ultimamente Moçambique tem feito reformas curriculares visando acomodar cidadão de ambos os sexos, reforçando a valorização da identidade cultural entre a escola e as tradições comunitárias. Num esforço de edificação de uma sociedade onde o acesso ao ensino deve contribuir para o desenvolvimento e desafios para o combate às desigualdades sociais.

Mário Cortella<sup>32</sup>, “entende a valorização da identidade cultural como um produto derivado de uma capacidade inerente a qualquer humano e por todos nós realizada”. Moçambique tem suas crenças e grandes riquezas. Um mosaico de diversidade racial, étnica, cultural e linguística em que a identidade nacional se constrói na pluralidade e no diálogo intercultural. Para José P. Castiano<sup>33</sup>, este diálogo entre as culturas é a condição básica para a formação da “identidade nacional”.

Segundo Clifford Geertz<sup>34</sup>, “consideramos a cultura a partir das suas diversas manifestações simbólicas”. Obviamente, falar do combate às desigualdades sociais é tratar de desafios, normas, vivências e da educação tradicional. Aspectos que devem ser debatidos e estudados cautelosamente a vários níveis numa forma transversal, inclusiva e participativa: desde os líderes tradicionais e religiosos até os comerciantes, acadêmicos, fazedores de cultura, políticos,

---

<sup>28</sup> BOUGNOUX, D. *Introdução às ciências da comunicação*. Bauru: EDUSC, 1999.p.189.

<sup>29</sup> BAUMAN, Zygmunt. *Identidade. Entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2005.

<sup>30</sup> HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. p. 50.

<sup>31</sup> ISAACMAM, Bárbara e STEFFAN, June. *A mulher moçambicana no processo de libertação*. Maputo: Instituto Nacional do Livro e do Disco, 1984.p.240.

<sup>32</sup> CORTELLA, Mario Sérgio. *A escola e o conhecimento*. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2006.p.42.

<sup>33</sup> CASTIANO, José P. “O Diálogo entre as Culturas através da Educação”. *I Congresso Internacional de Filosofia da Educação de Países e Comunidades de Língua Portuguesa*, São Paulo, Setembro de 2009.

<sup>34</sup> GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: editora LTC, 1989.



professores, enfermeiros, pais, alunos e outros fazedores de ideias para o desenvolvimento do ensino que fortaleça as políticas públicas que consideram os fatores que perpetuam as desigualdades sociais.

Para Hilzidina Dias<sup>35</sup>, o ensino constitui um instrumento de manutenção de desigualdades sociais quando as políticas públicas de educação não consideram os fatores que perpetuam desigualdades ao longo de gerações. Neste contexto, somos de opinião que a identidade cultural espelha e reflete o ensino e a união de todas as forças vivas que conseguem empreender uma colaboração que esteja certa de modo a semear ideias e interrogações práticas políticas que frutificarão futuras trajetórias na “pérola do Índico” que é Moçambique. Já para Stuart Hall, as culturas nacionais do lugar em que o indivíduo nasce se constituem em uma das principais fontes de identidade cultural. Quando o sujeito busca uma definição de si próprio, um dos aspectos relevantes é o pertencimento a uma determinada nacionalidade. Hall salienta que “ao fazer isso estamos falando de forma metafórica. Essas identidades não estão literalmente impressas em nossos genes. Entretanto, nós pensamos nelas como se fossem parte de nossa natureza essencial.”<sup>36</sup> Em verdade, as identidades nacionais não são fundamentos que se possuem desde o nascimento, e sim, formadas e transformadas dentro da representação. Somente é possível compreender o que significa pertencer a uma nacionalidade pela forma como esta é representada, pelo seu conjunto de significados que resulta na cultura nacional. Segundo Hall, uma nação não é somente uma entidade política, mas algo que produz sentidos, um sistema de representação cultural. Os sujeitos não se constituem apenas como cidadãos legais de uma nação, eles constroem o conceito de nação em sua unidade representativa. Logo, uma nação é uma comunidade simbólica que pode levar a um sentimento de identificação e de lealdade. Hall discute sobre as implicações de uma cultura nacional:

A formação de uma cultura nacional contribuiu para criar padrões de alfabetização universais, generalizou uma única língua vernacular como meio dominante de uma comunicação em toda a nação, criou uma cultura homogênea e manteve instituições culturais nacionais, como, por exemplo, um sistema educacional nacional.<sup>37</sup>

As características apresentadas no excerto acima demonstram como a cultura nacional resultou do processo de industrialização e dos dispositivos de modernidade. Porém, outros aspectos são relevantes ao se determinar um conceito de nação, pois conferem a estas definições ambíguas, levando a crer que as identidades nacionais não são tão unificadas e homogêneas como representam ser. Ao se afirmar que as culturas nacionais são sistemas simbólicos e representativos, constrói-se a concepção de cultura como discurso. Seria, portanto, uma forma de construção de sentido que influencia e organiza as ações dos sujeitos e as concepções de si próprios, conforme sustenta Hall. Para ele, “as culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre a nação, sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades”.<sup>38</sup>

<sup>35</sup> DIAS, Hilzidina. *As dificuldades sociolinguísticas e o fracasso escolar: em direção a uma prática linguística escolar libertadora*. Maputo, 2002.

<sup>36</sup> HALL, 2006.p.47

<sup>37</sup> HALL, 2006, p.50

<sup>38</sup> HALL, 2006, p.51.

## Formação do “Homem Novo”.

A proposta identitária da FRELIMO se consubstanciava na proposta do projeto da *criação do “Homem Novo”*. O modelo projetado repudiava o modelo “colonial”. O tradicional e o homem novo de Gilberto Freyre, preconizando a gradual convergência das identidades dos diferentes grupos étno-linguístico numa realidade “modernizadora”<sup>39</sup>. Na linguagem do pensador alemão Karl Marx, o novo nasce da destruição do velho. A transformação do poder velho se dá como condição para a criação do poder novo. Mazula exemplifica dizendo: a destruição das relações sociais de dominação, matéria-prima do colonialismo, era condição necessária para a passagem do estágio colonial para o estágio de novas relações sociais, de igualdade e dignidade humanas, produto novo de luta de libertação nacional<sup>40</sup>.

Para aprender a verdade e compreender a ideologia política de Moçambique, precisa trabalhar com fontes históricas e fazer conexões entre o passado e o presente. Após a independência de Moçambique, a Frelimo traçou a sua política e estratégia com o slogan “Defender a Pátria, vencer o Subdesenvolvimento e Construir o Socialismo”. O programa da FRELIMO para a construção de uma nação moderna era a criação de um homem novo.

A questão do “novo” refere-se ao poder. Segundo Mazula, o presidente Samora Machel afirmou num dos discursos dizendo: “graças à luta, um poder novo constrói-se na pátria, isto é, o poder popular que afirma a sua independência e personalidade e liquida a exploração e que implica a destruição do poder dos exploradores, o poder velho”<sup>41</sup>.

A ideia de formação do Homem Novo foi defendida pela primeira vez no III Congresso da FRELIMO. Entrou no sistema de educação considerando-se como:

Aquele que, embora consciente das suas limitações, trava consigo mesmo o combate interno permanente para superar as insuficiências e as influências reacionárias que herdou; (...) aquele que não só no seu pensamento, mas, sobretudo no seu comportamento interioriza os princípios do Povo e da revolução; aquele que constrói o socialismo e mobiliza as massas pela sua dedicação, disciplina e entusiasmo.<sup>42</sup>

Para Samora Machel, a afirmação do Homem Novo implicava uma mudança de mentalidade de Homens formados pelo aparato colonial. Para isso, iria receber do Estado novo moçambicano uma educação ou formação profissional no quadro de ideal económico, político e cultural pré-estabelecido.

Para Brazão Mazula<sup>43</sup> este movimento escolar e/ou curricular foi alimentado por alguns discursos samorianos<sup>44</sup>:

<sup>39</sup> CABAÇO, José Luis, O. Moçambique: Identidades, Colonialismo e Libertação. USP, 2007.p.410.

<sup>40</sup> MAZULA, Brazão, Educação, Cultura e Ideologia em Moçambique: 1975-1985, Porto: Afrontamento, 1995.

<sup>41</sup> MAZULA, 1995, p.178.

<sup>42</sup> MAZULA, 1995, p. 179.

<sup>43</sup> MAZULA, Brazão. *Educação, Cultura e Ideologia em Moçambique-1975-1985: Em busca de fundamentos filosófico-antropológicos*. Santa Maria da Feira: Edições Afrontamento, 1995.p.143

Nós queremos criar o homem novo. Queremos criar os futuros revolucionários. Queremos criar a nova mentalidade livre, com a nossa própria personalidade. Também queremos libertar alguns que ainda persistem em usar uma mentalidade escrava do estrangeiro. Por isso teremos as nossas escolas que ensinarão a todo povo os melhores meios de combater esse mal.<sup>45</sup>

Na perspectiva dos líderes revolucionários, este processo tinha já começado nas zonas libertadas que a FRELIMO tivera sob o seu controlo durante o período de luta armada contra os portugueses. O homem novo seria algo completamente diferente. Como nos explica Jason Sumich<sup>46</sup>, os assimilados tomavam como modelo a identidade nacional portuguesa; pelo contrário, o homem novo seria um ser universal, bem como a encarnação da emergente personalidade e cidadania moçambicana.

De acordo com CAHEN, o Homem Novo, figura política e ideológica imaginária, representou o princípio de uma nova identidade nacional, de um novo poder político e de novo Estado. Uma categoria que orientou a formação de um Estado unitário, centralizado e provedor de direitos universais dos cidadãos. Este processo era uma criação de uma elite que não concebia a existência de um Estado sem uma nação e procurava, assim, criar uma nação à sua imagem (1992 e 1993). Ainda que esta ideia de uma recriação dramática da personalidade moçambicana pudesse ter interessado relativamente pouco à vasta maioria da população, o seu poder de atração para os militantes da FRELIMO era bastante real.

Grande parte dos fundamentos da ideologia política da FRELIMO provinha das experiências daqueles que a lideraram durante a era colonial e as cisões da luta pela independência. Razão pela qual, muitas vezes entrava frequentemente em choque com outras correntes nacionalistas que prevaleciam em África, já que a FRELIMO aliava o nacionalismo a uma ideologia socialista universalista, em detrimento de valores mais comuns, como o afro-nacionalismo e a «autenticidade». Porém, a formação desta ideologia política assentava também em aspectos que tinham inspirado muitos outros movimentos nacionalistas e revolucionários.

Apesar das variadas influências teórico-práticas, em 1977, durante seu IV Congresso, o partido Frelimo adota oficialmente a estruturação política “marxista-leninista” como linha-mestra para a organização de seu projeto de construção nacional (Thomaz<sup>47</sup>, 2008; Maloa.<sup>48</sup>). É de se levar em conta que, no mesmo ano, havia estourado a guerra civil no país.

A análise ideológica e geopolítica da África Austral naquele contexto mostra como a guerra civil moçambicana estaria vinculada aos embates existentes entre o “socialismo africano”, por um lado, e o modelo racista de apartheid da Rodésia, de Ian Smith, e da África do Sul, de Peter

---

<sup>44</sup> Samora Moises Machel, primeiro presidente da República de Moçambique independente.

<sup>45</sup> MACHEL apud MAZULA, 1995, p. 143.

<sup>46</sup> SUMICH, Jason. *Construir uma nação: ideologias de modernidade da elite moçambicana. Análise Social*. vol. XLIII (2.º), 2008.p328

<sup>47</sup> THOMAZ, O. R. “Escravos sem dono’: a experiência social dos campos de trabalho em Moçambique no período socialista”. *Revista de Antropologia*. São Paulo, USP, v.51, n.1, 2008. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ra/article/viewFile/27305/2907>. Acesso em: 11. Fevereiro. 2014.

<sup>48</sup> NEWITT, M. Mozambique. In: CHABAL, Patrick. *A History of Postcolonial Lusophone Africa*. Indiana: Indiana University Press, 2002.

Botha<sup>49</sup>. Naquele contexto, vale lembrar, que Moçambique pode ser considerado como uma “ilha” lusófona em meio a um “oceano” de países anglófonos (África do Sul, Zimbábue, Zâmbia, Malawi, Tanzânia). O que pode ter sido relevante para a adoção do idioma português como língua oficial do novo Estado-Nação.

Para tanto, é fundamental conhecer e compreender que na política revolucionária de Moçambique, o paradigma Homem Novo que orientou o decurso da história assentava nos princípios socialistas. A construção da sociedade moçambicana com pressupostos socialistas reafirmava uma orientação política e ideológica que conheceu a sua decadência no final da década de 80 com a trágica morte do Samora Machel, primeiro presidente de Moçambique independente, no dia 19 de outubro de 1986 (em Mbuzine - África do Sul). Esta se considera a morte do fundador do Homem Novo e triunfo do capitalismo.

### Considerações finais

Do que anteriormente foi exposto, deve-se guardar a necessária dose de precaução contra quaisquer tentações generalistas sobre as construções das identidades e os nacionalismos em geral na África e Moçambique em particular. A simples exposição de alguns dados vinculados à história contemporânea de Moçambique deixa muito clara a complexidade de algumas questões: a descolagem do modelo europeu de construção nacional; o não alinhamento simples do ponto de vista político e ideológico no âmbito das variadas influências de cariz genericamente marxista; a importância de tratar das peculiaridades de cada projeto de construção nacional, tendo especial atenção para a historicidade das proposições políticas (dentro, por exemplo, das modificações no interior da FRELIMO); a valia de analisar a vasta zona problemática existente entre o lastro de continuidades mantidas – seja por resiliência, seja por deliberada conveniência – entre um antes e um depois marcado pela data fatual da Independência Nacional. Chamar atenção para a complexidade da construção da identidade nacional em Moçambique significa fazer um constante esforço por renunciar as simplificações e os binarismos políticos. Significa também renunciar às compreensões simplistas acerca do tempo histórico e de como ele é assimilado em memórias sociais. É necessário deixar claro que o debate e a reflexão sobre a complexidade destas questões anteriormente apontadas – que se aglutinam no problema teórico da ruptura histórica – em nada desabona a relevância política e as importantes conquistas do período posterior à Independência total e completa do povo moçambicano.

Parece-nos claro que o caso da construção da nação em Moçambique repousa sobre múltiplas camadas identitárias em que se misturam presenças culturais de diferentes períodos com lógicas de ruptura política e de construção de uma “nova” sociedade.

Para tanto, todos os caminhos costumeiramente trilhados para pensar a problemática da identidade cultural, nacional no extenso continente africano, acabaram por reduzir o objeto em causa a construção da nação e a identidade nacional a mera parte de um grande panorama geral.

---

<sup>49</sup> SILVA, S. V. da. *Política e poder na África Austral (1974-1989)*. Lisboa: Escolar Editora, 2013.

Chamem-se as opções de europeístas ou africanistas, neocolonialistas ou nacionalistas, parece ser um lugar de análise distanciado e facilitador de grandes esquemas histórico-sociais. A África como construto político intelectual unitário e homogêneo segue sempre, sendo um postulado epistêmico resiliente.

### Referências

AMORIM, Marília. *O pesquisador e o seu outro: Bakhtin nas Ciências Humanas*. São Paulo: Musa, 2001.

ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira – 1. ed. São Paulo: Editora Ática S.A, 1989.

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade. Entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2005.

BOUGNOUX, D. *Introdução às ciências da comunicação*. Bauru: EDUSC, 1999.

CABAÇO, José Luis, O. *Moçambique: Identidades, Colonialismo e Libertação*. USP, 2007.

CANCLINI, Néstor García. *Consumidores e Cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

CAPELA, José. *Moçambique pela sua história*. Editora Porto: Porto, 2010.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. In: *A era da informação: Economia, sociedade e cultura*.v.1. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

CASTIANO, José P. “O Diálogo entre as Culturas através da Educação”. *I Congresso Internacional de Filosofia da Educação de Países e Comunidades de Língua Portuguesa*, São Paulo, Setembro de 2009.

CASTIANO, José P. O Diálogo entre as Culturas através da Educação. *I Congresso Internacional de Filosofia da Educação de Países e Comunidades de Língua Portuguesa*, São Paulo, Setembro de 2009..

CORTELLA, Mario Sérgio. *A escola e o conhecimento*. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2006.p.42.

DIAS, Hilzidina. *As dificuldades sociolinguistas e o fracasso escolar: em direção a uma pratica linguístico escolar libertadora*. Maputo, 2002.

DUSCHATZKY, S. e SKLIAR, C. O nome dos outros: narrando a alteridade na cultura e na educação. LARROSA, J. e SKLIAR, C. (org.) *Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

FERGUSON, James (1999), *Expectations of Modernity: Myths and Meanings of Urban Life on the Zambian Copperbelt*. Berkeley: University of California Press.

FIAN, Heidelberg. *Land grabbing in Kenya and Mozambique – A report on two research missions and a human rights analysis of land grabbing*. FIAN International Secretaria, 2010.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: editora LTC, 1989.

GILROY, P. *True Humanism? Civilisationism, Securitocracy and Racial Resignation. Johannesburg Workshop in Theory and Criticism*, v. 1, 2009. Disponível em: [http://jwtc.org.za/resources/docs/Salon-1-pdfs/Gilroy\\_TrueHumanism\\_.pdf](http://jwtc.org.za/resources/docs/Salon-1-pdfs/Gilroy_TrueHumanism_.pdf). Acesso em: 27 de Out. 2017.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG / Brasília: UNESCO, 2003.

Hall, Stuart. *A Identidade Cultural na Pos-Modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

.Instituto Nacional de Estatística (INE). *III Recenseamento Geral da População e Habitação*. Maputo, 2007.

ISAACMAM, Bárbara e STEFHAN, June. *A mulher moçambicana no processo de libertação*. Maputo: Instituto Nacional do Livro e do Disco, 1984.

LOIANE, Hermenegildo F. Possibilidades de ensino dos valores do “4 de Outubro”. *Revista Húmus*. Nr. 8. Agosto, 2013.

MAZULA, Brazão. *Educação, Cultura e Ideologia em Moçambique-1975-1985: Em busca de fundamentos filosófico-antropológicos*. Santa Maria da Feira: Edições Afrontamento, 1995.

MAZULA, Brazão, *Educação, Cultura e Ideologia em Moçambique: 1975-1985*, Porto: Afrontamento, 1995.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil – Identidade Nacional versus Identidade Negra*. Petrópolis: Vozes, 1999.

MUNANGA, Kabengele. (org.). *Estratégias e políticas de combate à discriminação racial*. São Paulo, Edusp, 1996.

MUNDIMBE, V. Y. *A Invenção da África. Gnose, Filosofia e a Ordem do Conhecimento*. Lisboa: Pedagogo; Luanda: Edições Mulemba, 2013.

NEWITT, M. Mozambique. In: CHABAL, Patrick. *A History of Postcolonial Lusophone Africa*. Indiana: Indiana University Press, 2002.

SANTOS, B. de S. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2006. SANTOS, B. de S. *Epistemologies of the South. Justice against Epistemicide*. Boulder: Paradigm, 2014.

SILVA, S. V. da. *Política e poder na África Austral (1974-1989)*. Lisboa: Escolar Editora, 2013.

SODRÉ, Muniz. *Claro e Escuros - identidade, Povo e Mídia no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1999. SODRÉ, Muniz. *A verdade seduzida*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.

SUÁREZ, Sofia Monsalve; BORRAS JR, Saturnino. *Desenvolvimento, para quem?. Impacto dos Projetos de Desenvolvimento sobre os Direitos Sociais da População Rural Moçambicana*. Fian Internacional. Alemanha, Abril, 2010.

SUMICH, Jason. *Construir uma nação: ideologias de modernidade da elite moçambicana. Análise Social*. vol. XLIII (2.º), 2008.

THIONG'O, N. w. *Moving the Centre. The Struggle for Cultural Freedoms*. London: James Currey, 1993.

THOMAZ, O. R. “‘Escravos sem dono’: a experiência social dos campos de trabalho em Moçambique no período socialista”. *Revista de Antropologia*. São Paulo, USP, v.51, n.1, 2008. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ra/article/viewFile/27305/2907>. Acesso em: 11. Fevereiro. 2014.

---